

XVI Consintespb aprova plano de lutas para 2022 e faz reforma estatutária com modelo colegiado de direção



Adotando um rígido protocolo de segurança contra a Covid-19, que exigia o comprovante vacinal para credenciamento, uso permanente de máscara, distanciamento com ocupação de apenas 20% do auditório, palestras e debates de forma híbrida, hospedagem em no máximo duplas, entre outras medidas de precaução, foi realizado de 25 a 27 de novembro último em João Pessoa, o XVI Congresso Estadual do Sintespb - Consintespb, que contou com 105 delegados(as) e 20 observadores(as) e que foi denominado de “Construindo Novos Caminho – luta pela vida – Companheiro Nelson Calixto Filho (Coca)”.

O XVI Consintespb aprovou um ousado plano de lutas para 2022 e uma reforma estatutária que retoma o modelo colegiado de direção.

Além da defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, com o respeito à autonomia universitária e ao processo democrático nas IFES (principalmente com a posse dos primeiros colocados), a Resolução final do XVI Consintespb alia estas bandeiras à luta pela recomposição dos defasados salários da categoria, pelo aprimoramento da carreira, contra a centralização das aposentadorias no INSS e pela manutenção da isonomia de vencimentos entre ativos (as), aposentados(as) e pensionistas, priorizando a batalha contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que desmonta os serviços públicos, assim como contra o calote dos precatórios (PEC 23/2021), fortalecendo a luta pelas 30 horas e pela imediata regulamentação do teletrabalho, contra a cessão compulsória de servidores do RJU dos

HUs para a EBSEH e pela construção de um processo de retorno gradual e seguro ao trabalho presencial, com redução de riscos frente à pandemia de Covid-19, conforme proposto pela Comissão do Consuni da UFPB.

No segundo dia da programação do Congresso Estadual da categoria técnico-administrativa do Ensino Superior da Paraíba, foi aprovada a volta ao regime de gestão Colegiada, com proporcionalidade qualificada, descartando o tradicional presidencialismo, em voga no Sindicato desde 2009.

A proposta vencedora dessa tese justificou a mudança explicando que a conjuntura política adversa à classe trabalhadora, com retrocesso, retirada de direitos e conquistas, necessita da unificação de todos os pensamentos políticos existentes no âmbito do movimento sindical dos trabalhadores nas universidades públicas na Paraíba para enfrentar os desafios e fortalecer a luta.

Segundo os defensores do colegiado proporcional, que deverá entrar em vigor após as eleições de março de 2022, quando termina o mandato da atual Diretoria provisória do Sintespb, o modelo de gestão Colegiada é o mais democrático porque tem como princípio a participação igualitária de todos os seus membros, com os mesmos direitos e responsabilidades, substituindo a figura do presidente.

Ato político e de resistência marca abertura do Congresso



Na abertura, realizada na noite do dia 25, de forma híbrida (parte presencial e parte remota), reunindo a delegação no espaçoso auditório do Hotel Aram Beach & Convention, aconteceu um ato político e de resistência em defesa da democracia no país e nas universidades, contra o desmonte das políticas sociais, da educação, saúde e de ataques aos servidores e ao serviço público.

A mesa de abertura foi composta de forma presencial pela Coordenação Geral do Sintespb, Ednaldo Alves Costa, Clodoaldo Gomes e Rachel Melo (virtual); pelo representante da Fasubra no Estado, Marcelino Rodrigues; pelos presidentes estaduais das centrais sindicais Tião Santos (CUT), Marcos Santos (CTB); pelo representante do Movimento Luta de Classe e diretor do SinttelPB, Jardel Cabral; Pelo presidente da ADUFPB, Fernando Cunha (virtual) e representando a deputada estadual e professora da UFPB, Cida Ramos (PT), sua Chefe de gabinete, professora Célia Regina Diniz.

Todos e todas deram boas vindas aos congressistas e os exortaram para a luta unificada com vistas a combater o desgoverno responsável pelas 600 mil mortes no país pela covid-19, o aumento do custo de vida e da situação de fome de parcela da população pobre, assim como todo tipo de maldade que hoje enfrenta a população brasileira em especial a classe trabalhadora, seja do serviço público ou privado.

O segundo momento da solenidade de abertura do XVI Consintespb foi a análise da conjuntura político-social e econômica da sociedade brasileira e do movimento sindical, apresentada pelas representações de cada força política da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil-Fasubra, em formato híbrido.

O primeiro a falar foi o coordenador jurídico da Federação, João Paulo Ribeiro, conhecido por JP, representando os sindicalistas vinculados à CTB, que destacou a importância da unidade da classe trabalhadora para vencer esse projeto desumano ora em vigor no Brasil, que está destruindo a nação brasileira.

Já José Maria Castro, coordenador geral da Fasubra, do Coletivo UNIR/Tribo, iniciou sua fala exaltando o papel preponderante do Sintespb no cenário sindical e a relevância do Consintespb para o fortalecimento da luta da categoria técnico-administrativa das instituições de ensino superior não somente da Paraíba, mas também do Brasil. Após fazer sua análise de conjuntura, destacando a necessidade de fortalecimento dos movimentos do “Fora Bolsonaro” lembrou da próxima Plenária nacional virtual da entidade, que acontecerá nos dias 16 e 17 de dezembro.

O terceiro a falar foi Antônio Alves Neto, o Toninho, também coordenador geral da Fasubra, representando o Coletivo Sonhar e Lutar. Ele enfocou os inúmeros desafios colocados na ordem do dia da sociedade brasileira, que precisam ser encarados com muita luta, sendo imprescindível a volta imediata às ruas, mas de forma organizada para derrotar a PEC 32 e o Governo. Disse ainda que se deve estar atento para o cenário eleitoral de 2022 e procurar a unidade do campo das esquerdas.

O servidor da UFRJ Esteban Roberto Ferreira Crescente, presidente do Partido da Unidade Popular, representando o movimento Luta de Classe, encerrou os debates da noite de abertura, mostrando que o papel do sindicato é defender os trabalhadores, mas também lutar para que todo cidadão/cidadã se mantenha vivo(a).” Só com a mobilização a luta será fortalecida”, concluiu.

Os trabalhos do primeiro dia do XVI Consintespb foram encerrados com a aprovação do Regimento Interno.

Na sexta-feira(26), na parte da manhã e tarde as atividades tiveram continuidade com a realização de plenária para discutir os demais pontos do Estatuto a ser reformulado.

No último dia do evento, aconteceu a plenária final, que discutiu e aprovou o plano de lutas e as moções apresentadas, que trataram de temas como os desabrigados da comunidade Dubai, o não pagamento das APHs no HULW, a luta contra a cessão compulsória dos servidores do RJU à EBSERH, o despejo da Academia Paraibana de Letras Jurídicas pelo interventor da UFPB e a desastrosa política de retorno ao trabalho presencial sem a adoção de protocolos rígidos para preservar vidas.



PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA ESTATUTÁRIA

- Fim do presidencialismo, com a adoção do modelo de direção colegiada, com o preenchimento dos cargos de forma proporcional ao número de votos e com a qualificadora de escolha dos cargos iniciando pelas chapas que tenham os maiores percentuais;
- Redução do tempo de sindicalização de 1 (um) ano para apenas 3 (três) meses, para poder votar e ser votado;
- Criação da Assembleia Estadual e do Conselho de Delegados de Base, como organismos de decisão;
- Ampliação do número de delegados para o próximo Consintespb, com a modificação da tabela de 1 delegado a cada de 30 para 1 delegado a cada 20 sindicalizados por setor;
- Criação da Coordenação de Tecnologia e Segurança da Informação, da Coordenação de Mulheres, da Coordenação de Juventude, Esportes e Lazer, da Coordenação de Gênero e LGBTQIA+ e da Coordenação de HU's, Saúde, Medicina e Segurança do Trabalho, além de aglutinações e alterações de outras pastas;
- Apresentação semestral dos pareceres do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas da entidade para a homologação em assembleia estadual;
- Adequação das Secretarias Sindicais nos Campi que tenham menos de 50 (cinquenta) sindicalizados na base;
- Possibilidade de ser adotada a modalidade de votação on-line em casos excepcionais;
- Regulamentada a possibilidade de substituição eventual, temporária e permanente, de dirigente da entidade;
- Exigência de que na compra ou venda de bens imóveis ou móveis da entidade seja exigida a aprovação da Assembleia Estadual, ad referendum do Congresso Estadual;
- Referendo de todas as deliberações tomadas pelas Assembleias realizadas para constituição da Direção Estadual Provisória, estabelecendo que os atuais cargos e mandatos e as competências da Diretoria Estadual e das Secretarias Sindicais Adjuntas, serão preservados até o final do mandato em curso.
- Publicação do Edital de Convocação das próximas eleições no dia 15/01/2022, com inscrições de chapas até o dia 15/02/2022, eleições em 16/03/2022 e posse da direção eleita em 25/03/2022.

! AVISO IMPORTANTE

A data limite de novas filiações para estar apto a participar do processo eleitoral do Sintespb em 2022 é o próximo dia 07 de dezembro, quando fecha a folha de pagamento.

PLANO DE LUTAS GERAL

1. Em defesa das liberdades democráticas;
2. Contra os ataques ao movimento sindical e popular;
3. Fora Bolsonaro e Mourão! Ocupar as ruas para defender os direitos do povo, as liberdades democráticas e a soberania nacional;
4. Contra os cortes na Educação, em defesa da Educação Pública;
5. Fora Milton Ribeiro! Basta de ataques às Universidades Públicas e na defesa da autonomia das IFES;
6. Pelo respeito ao processo democrático nas IFES, pela posse dos eleitos e do primeiro da lista nas eleições para Reitor, não aos interventores! Pela renúncia dos atuais interventores, pela revogação da legislação atual;
7. Em defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores;
8. Denunciar o caráter danoso da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista para a classe trabalhadora;
9. Priorizar a luta contra PEC 32/2020, que desmonta os serviços públicos com a famigerada Reforma Administrativa;
10. Lutar contra a PEC 23/2021, que impõe o calote dos precatórios;
11. Unificar os trabalhadores nas lutas contra as privatizações que entregam o patrimônio do povo brasileiro;
12. Impulsionar uma campanha salarial nacional pela recomposição dos salários dos(as) servidores(as) públicos(as) federais;
13. Continuar a luta pelas 30 horas e pela imediata regulamentação do teletrabalho;
14. Pelo respeito aos acordos históricos relativos às jornadas de trabalho das IFES;
15. Lutar pelo projeto de HUs da FASUBRA como forma de combater a EBSERH;
16. Em defesa de todos os empregos dos trabalhadores dos HUS;
17. Defender as minorias e barrar toda a forma de opressão, sobretudo a mulheres, negros, membros da comunidade LGBTQIA+, juventude pobre e periférica, indígenas e quilombolas;
18. Dar continuidade à ação articulada com os movimentos sociais, particularmente a FBP- Frente Brasil Popular e a FPSM – Frente Povo Sem Medo, para enfrentar o governo e sua agenda neoliberal;
19. Iniciar campanha de sindicalização ampla, com o foco nos novos servidores das IES;
20. Estabelecer o Encontro Estadual de Mulheres do SINTESPB;
21. Manter a base bem informada e melhorar os meios de comunicação do sindicato (site, redes sociais, e-mail e informativos), mantendo-os sempre atualizados e fazer um trabalho de ampla divulgação desses meios;
22. Cumprimento da Lei 10741/03, que versa sobre a prioridade do idoso na tramitação de processos judiciais;
23. Contra a centralização das aposentadorias no INSS e pela manutenção da isonomia de vencimentos entre ativos (as) e aposentados (as) ou pensionistas;
24. Lutar contra o reajuste abusivo da GEAP;
25. Lutar pelo aprimoramento da carreira, com a incorporação da qualificação e capacitação ao vencimento;
26. Ampliar a estrutura de carreira contemplando servidores que estão com abono de permanência;
27. Manter um calendário de Assembleias e reuniões setoriais, para dialogar diretamente com a categoria;
28. Defender um processo de retorno gradual e seguro ao trabalho presencial, conforme proposto pela Comissão do Consuni da UFPB;
29. Retomar gradualmente um calendário de atividades esportivas, culturais e políticas, com a preparação do ambiente de nossa sede social da praia para receber os sindicalizados, respeitando todos os protocolos de biossegurança;
30. Cobrar o dimensionamento de pessoal, conforme determina o PCCTAE e a realização de concurso público pelo RJU;
31. Cobrar das administrações da IES as políticas de capacitação e qualificação dos servidores, com a implementação do plano nacional de capacitação e qualificação, com liberação dos(as) trabalhadores(as) para os Cursos de Pós-Graduação;
32. Lutar contra a cessão compulsória de servidores do RJU dos HUs para a EBSERH;
33. Exigir a efetiva execução dos exames periódicos dos servidores, conforme determina a legislação, denunciando do Ministério Público eventuais descumprimentos da Lei;
34. Ampliar a rede de convênios para beneficiar os sindicalizados e seus dependentes;
35. Intensificar a luta pelo reposicionamento dos aposentados e pensionistas das IFES;
36. Pelo respeito às atribuições da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC);
37. Ingressar com processo para convocar eleições para a representação dos TAE's no Consuni, Consepe, CIS e demais espaços institucionais colegiados;
38. Desenvolver programação para comemorar o dia dos aposentados e dos idosos;

PLANOS DE LUTA DA UEPB

1. Respeito à Data Base para ativos e aposentados;
2. Atualização do PCCR;
3. Cumprimento da decisão do STJ e STF com a volta da aposentadoria especial;
4. Contra a PEC 23 – Calote dos Precatórios;
5. Contra a PEC 32 – Fim dos Serviços Públicos e direitos dos Servidores;
6. Concurso Público como única forma de ingresso nos serviços público;
7. Incentivo à Qualificação (Mestrado e Doutorado);
8. Aprovação do horário híbrido e teletrabalho;
9. Instituir auxílio-creche e educação para as servidoras e os servidores;
10. Assegurar as eleições na Ouvidoria e Coordenação de Bibliotecas;
11. Reajustes nos Auxílios Alimentação e de Saúde;
12. Enfrentamento ao assédio moral e sexual;
13. Revogação da Lei 10.660/2016 e fim do congelamento das Progressões;
14. Fora Bolsonaro, Mourão, Guedes e o Centrão;
15. Contra o Fascismo;
16. Aproveitamento das competências desenvolvidas pelos servidores;
17. Contra o racismo e toda forma de preconceito ;
18. Contra a violência às mulheres e minorias;
19. Contra as privatizações das Empresas públicas (Correios, Eletrobrás, Petrobrás);
20. Em defesa da Autonomia Administrativa e Financeira das Universidades públicas.